

Acta n.º 42

pelas 21,30 horas do dia 8 de Julho de 1985, reuniu-se
a Assembleia Municipal de Alter do Chão em reunião extra-
ordinária no Forno Nobres do Concelho.

Verificada a falta do 1º Secretário, Dr. António Pires, o
Senhor Presidente da Mesa convidou o deputado Dr. Eduardo
Monteiro, que aceitou secretariar.

Verificaram-se as presenças de: António de Jesus Vinagre,
Dr. Afonso Lobo Henriques, José Belo da Cela, José Madureira
Teixeira, Mário Belo Belo, António Barqueiro, Edmundo Am.
Ribeiro Maris, José Baltazar, José Vaz Buxo, António
Lopes Venâncio, Fernando Martins Soares, Olívia Bernádas
Soares, Francisco Belo Pires, Manuel Rodrigues Gonçalves,
Dr. Eduardo Monteiro, Francisco José da Silva e António V. Bonelhos.

Verificado o quorum, não se fez a acta pelas faltas do
1º Secretário encanegado de a transcrever.

Antes da ordem de trabalhos foi apresentada uma moção
pelo partido PPD que foi aceite a discussão por 7 votos a
favor, 3 contra e 7 abstenções. Depois de discutida foi
aprovada por votação individual.

Fizeram declarações de voto os deputados José Buxo, (quadro de voto) Dr. Eduardo R. Ribeiro e Mário José Baltazar que se abstiveram por
não terem estado presentes na reunião anterior. O Dr. Vânia
Bonelhos declarou que se abstivera porque, embora em concordância
que compete ao Presidente da Mesa orientar os trabalhos, considerando-se aninhos entre os trabalhos da Mesa, admiteu que
o deputado Fernando Soares por enunciamento se não tivesse
entido. A seguir o deputado Dr. Eduardo emendou com
as prioridades estás ditas mas referiu ter havido menos
e mais, o que extremou as posições.

A seguir foi dada a palavra ao público que não utilizou
fazendo-se depois do 1º ponto da Ordem de Trabalhos.

A primeira intervenção foi do deputado Dr. Eduardo,
que mais uma vez se lamentou da falta de embeleme-
to direito dos assuntos deliberados pela Câmara e da mi-

Vontade destas Câmaras em não enviar as cópias das suas principais deliberações.

Interviu depois o deputado Dr. José Serrão que comenta em o ato referido e que as informações recebidas eram sempre escassas, muitas das deliberações não embucadas no exterior e que algumas delas só eram passar a exposição sobre determinado assunto.

O deputado José Bento diz os problemas e dificuldades, de falta de apoio por parte da Câmara, enquanto secretário da Assembleia, referindo que este quer sempre aparecer empolgado em factos consumados ou de difícil modificação (anúncios de leilões, imagines, entidades de província).

Intervindo depois o Deputado Presidente da Câmara, que come em por dizer que a Câmara é constituída por elementos do PS - AD - APD. Que os próprios Vereadores devem passar aos respectivos grupos as informações que entenderem. Que os alicerces dos intervenientes partidários se elevam os interesses Municipais, que as decisões são por maioria e grande parte por consenso. Que o apaziguamento dos factos deve a Câmara a resolver os assuntos ora como se gestaria, mas como é possível. Que o chefe dos serviços administrativos não dedica mais tempo à Assembleia, de acordo com as instruções do próprio Presidente, porque a falta de tempo entre outras não permite. E que na Assembleia se podem arreantar de intervenientes partidários ações dos Municipais.

O Presidente da Mesa, ao intervir a seguir, começou por referir que não visava o Presidente da Câmara em si, mas a Câmara. Que a moção apresentada é mais cética e falta de informações do que a gestão em si.

A seguir o deputado José Eduardo referiu que a Assembleia funciona em função da Câmara e não ao contrário.

Se a Assembleia funciona mal, o que não é o caso, visto que a diversidade de opiniões não é funcional (mal), ao contrário, a Câmara não colaborando funciona pior.

Declaração que irá abstê-se apenas porque pensava que

estas situações poderiam ser ultrapassadas internamente sem publicidade.

A seguir o Dr. Vaincio Bonecho referiu que concorda no essencial com a moção. Objectivamente tudo o que a moção contém, se passar, deliberações horríveis que foram tomadas e inúmeras especulações.

Sabe se chegou ao fim da discussão nem saber a regras porque as espécies das actas não eram presentes a Assembleia. Referiu também que se houve unanimidade deixando de existir uma Assembleia política. Declara que se iria abstener porque havia que lamentar a Sociedade protegendo-a. Nunca não concordaria com a sua publicidade.

Passou-se à votação com 7 votos a favor, 3 abstenções, 7 votos contra.

Para apreciação e votação do pedido de autorização para emitir um empréstimo de 19.673.000,000, junto do Instituto Nacional de Habitação, para financiamento das obras de "Construção de 14 fogos habitacionais em Seda", de harmonia com o projeto de emenda enviado pelo I.N.H., inicia-se a discussão.

O deputado Moisés da Cunha interviu relativo a este assunto alertando para a quantidade de empréstimos em que a Câmara estaria envolvida no fim da sua mandato.

Primalm que a recuperação do financiamento de Seda lhe parecia difícil. Referiu

O Presidente da Câmara esclareceu que o regulamento é o que estava instituído. Referiu a urgência das habitações. Adiantou que o fundo que adjudicou a obra, onde era a mais barata, mas a que oferecia maiores garantias.

Sexta à votação, foi aprovado o empréstimo por unanimidade.

De seguida foi apreciado o pedido da Câmara para manutenção da "Terramo" às constituições de impostos.

O Presidente esclareceu que a derrama incide essencialmente sobre os comerciais e industriais.

Porto à votação foi aprovado por unanimidade.

Iniciou-se a discussão sobre a apreciação e votação do pedido da Câmara para emitir um empréstimo de 1.400.000,000 para financiamento a particulares no âmbito do programa PRID/84.

de harmonia em a unidade de entidade enviado pela Caixa Geral de Depósitos.

O Senhor Presidente esclareceu que o ato não verifica por democracia entre a Caixa Geral de Depósitos e o Governo Central. Esta verba destina-se aos municípios em condições degradadas. Fuiça ser Allas do Chão o 1º município a ter o PRID.

Porto à votação foi aprovado por unanimidade.

Fazem-se à apreciação a votação do pedido de Câmara para contrair um empréstimo de 9.000.000,00 também junto da Caixa Geral de Depósitos, amortizável em 3 anos, para fazer face a despesas com a construção do novo edifício da Repartição de Finanças e Termos de Fazenda Pública do Concelho.

O deputado Moreira disse que é votar contra, devido à localização do edifício e porque temos de futuramente um cargo de empréstimos enorme e que recusa que se houver mudanças de Governo poderá haver alterações no critério de atribuição dos empréstimos.

O deputado Dr. Bonicho referiu que a construção do edifício vai enriquecer o património municipal. Entende que se deve conceder o benefício da dívida, mas encontra dificuldades a uma obra já começada e ao pessoal nela utilizado.

Entende que a prenubilez deve conceder à Câmara a respectiva autorização de molde a que a obra possa e tenhamos um prédio do Chão mais um edifício público com o valor de que está projectado e embora em lugar descentralizado e distante do actual mas dentro da Vila.

Procedeu-se à votação e que resultou 10 votos a favor, e 7 votos contra.

De referir que nos votos das moções, o voto de qualificação do Presidente da Mesa deu a aprovação às moções.

Nas horas mais a traçar passar-se a presente acto que a Mesa Vai assinar

J. Dinis Pires *(Assinatura)* Francisco Vaz Pergoza *(Assinatura)*